

Prefácio

Depois de mais de 20 anos de taxas de crescimento muito baixas, desde 2004 a economia brasileira vem apresentando taxas de crescimento econômico razoáveis. São ainda modestas quando comparadas com as dos demais países de renda média e, especialmente, com as dos países asiáticos dinâmicos, mas já estão permitindo a certos analistas afirmar que a economia brasileira “mudou de patamar de crescimento”. Trata-se de um diagnóstico apressado, já que esse crescimento não reflete uma mudança para melhor da política econômica brasileira, mas um quadro internacional muito favorável, decorrente das taxas elevadas de crescimento da China e do bom desempenho da economia norte-americana desde 2002. Esse quadro, entretanto, piorou em 2008 porque a crise bancária que se desencadeou nos mercados internacionais não deixou de ter efeitos negativos sobre a produção nos Estados Unidos e, em seguida, nos demais países. Além disso, é preciso considerar que o crescimento da economia norte-americana era frágil porque estava baseado no consumo e na especulação imobiliária (e não nos investimentos e na exportação) e, principalmente, porque estava combinado com déficits gêmeos: público e em conta corrente.

No caso do Brasil, o crescimento em 2007 foi forte, superior a 5%, e no final do ano havia uma espécie de euforia. Os trabalhos presentes neste livro, entretanto, não foram escritos de acordo com esse diapasão, mas salientaram a preocupação dos economistas, dos empresários industriais e dos representantes dos trabalhadores que participaram do 4º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas com a apreciação contínua da taxa de câmbio. Essa apreciação é compensada, em parte, pela depreciação do

dólar, de forma que, calculada a taxa de câmbio real com base em uma cesta de moedas, ela não é tão grande, mas é uma apreciação real que já levou a moeda brasileira para um nível superior ao alcançado em 1998, quando o país sofreu uma crise de balanço de pagamentos.

Comparando-se 1998 com 2007 – dois anos com taxas de câmbio reais semelhantes –, está claro que a situação da economia brasileira em 2007 era substancialmente mais sólida do ponto de vista financeiro do que aquela existente em 1998, graças à explosão das exportações brasileiras. Entretanto, em 2007 já era possível perceber as consequências negativas da apreciação cambial. O superávit em conta corrente realizado em 2007 foi menor do que o do ano anterior e, em 2008, o país voltou à situação de déficit em conta corrente, mas, diferentemente de 1998, sem crise à vista. Em 1998, o déficit em conta corrente já era altíssimo e tendia a ser maior ainda no ano seguinte, de forma que não foi surpresa que o sistema financeiro internacional tenha perdido a confiança e deixado subitamente de rolar a dívida externa brasileira. Em 2007, além de as variáveis de fluxo serem mais confortáveis, a relação dívida externa/PIB caiu e temos grandes reservas internacionais.

Como explicar uma situação cambial ou de balanço de pagamentos melhor em 2007 do que em 1998 se a taxa de câmbio foi semelhante? Como explicar que não esteja ocorrendo um déficit em conta corrente importante já nesse ano? A resposta expressa em diversos dos trabalhos que constam deste livro é que essa conjuntura externa mais favorável ao Brasil (e à América Latina, no caso do capítulo de José Antonio Ocampo) está relacionada com o grande aumento dos preços das *commodities* e do volume exportado, em consequência do extraordinário crescimento da China. Entretanto, esse fato – excelente para o Brasil – tem um lado negativo importante. Implica o agravamento da doença holandesa ou maldição dos recursos naturais. Possibilita que a taxa de câmbio seja ainda mais valorizada sem que as balanças comercial e de conta corrente do país sofram. A doença holandesa é uma falha de mercado que atinge todos os países em desenvolvimento que dispõem de recursos abundantes e baratos. Esses recursos dão origem a uma “renda ricardiana”, ou seja, a uma renda que não decorre da produção mais eficiente, mas de diferenciais de produtividade

originados nos recursos naturais do país. Quando um país sofre da doença holandesa, a taxa de câmbio que equilibra sua conta corrente é mais apreciada do que a “taxa de câmbio de equilíbrio industrial”, ou seja, do que a taxa de câmbio que torna viável a produção de bens comercializáveis que empregam tecnologia no estado da arte. Dependendo da gravidade da doença holandesa, ela pode inviabilizar completamente a indústria de um país, o que ocorre com muitos dos produtores de petróleo. O Brasil sempre sofreu da doença holandesa, mas, como era originada em bens agrícolas – durante muito tempo o café e a cana-de-açúcar –, sua gravidade, medida em grau de sobreapreciação da moeda nacional, não era tão intensa quanto a dos países produtores de petróleo: a renda ricardiana era relativamente menor.

Não obstante, para que o Brasil pudesse se industrializar, entre 1930 e 1980, foi necessário neutralizar os efeitos da doença holandesa – essencialmente, instituir um imposto sobre as vendas e, principalmente, sobre as exportações dos bens que lhe davam origem. Embora os economistas e políticos da época não conhecessem a doença holandesa (ela só foi identificada em 1960, e os primeiros *papers* apareceram nos anos 1980), eles acabaram neutralizando-a. Para tanto, usaram diversas estratégias que envolviam o chamado “confisco cambial” – um imposto sobre as exportações. Nos anos 1970–80, essa estratégia consistia em uma tarifa elevada, de cerca de 50%, sobre as importações e de subsídios às exportações de todos os bens, exceto os que davam origem à doença holandesa. O resultado era a depreciação efetiva da moeda local e um imposto sobre os bens que não gozavam do subsídio.

No início dos anos 1990, com a abertura comercial e financeira, esse mecanismo de neutralização foi abandonado. Somou-se a esse fato a decisão do governo brasileiro de aceitar a recomendação vinda do Norte de crescer com poupança interna, ou seja, com déficit em conta corrente. O resultado foi uma apreciação do câmbio ainda maior e a crise de balanço de pagamentos de 1998.

Em 2007, porém, esse quadro paradoxalmente não se repetiu, porque a doença holandesa se agravou em consequência do aumento dos preços das *commodities* que o Brasil exporta. Quando ocorre um aumento nos

preços internacionais de um bem que é origem de doença holandesa, o resultado é o agravamento da doença, na medida em que a taxa de câmbio que viabiliza economicamente as exportações desse ou de outros bens semelhantes passa a ser mais baixa ou mais apreciada. Dessa forma, em termos de consequência sobre a conta corrente, a mesma taxa de câmbio real pode ser compatível com um resultado da conta corrente substancialmente melhor em um ano (2007) do que em outro (1998). Foi o agravamento da doença holandesa, e o aumento da diferença entre a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, que permitiu um resultado melhor da conta corrente com a mesma taxa de câmbio real. Como a taxa de câmbio não chegou a cair em termos reais abaixo do nível de 1998, seu efeito negativo sobre a indústria não foi maior, mas aproximadamente igual. O problema, porém, está no fato de que, dado o agravamento da doença holandesa causado pelo aumento do preço das *commodities*, a taxa de câmbio ainda tem espaço para se apreciar mais. Para a indústria – principalmente a de bens de consumo –, o ano de 2007 foi, afinal, razoável, porque houve um aumento da demanda interna, que teve, entre outras causas, o aumento do consumo provocado pela apreciação do real. Quando há uma apreciação da moeda, o aumento das importações de bens de consumo é sempre o último a ocorrer, porque essa é a importação que mais precisa se adaptar às condições do mercado interno. Primeiro, aumentam as importações de *commodities* (que o Brasil importa pouco), depois, as de bens de capital e, finalmente, as de bens de consumo. Nesses termos, em 2008 o agravamento da doença holandesa implicou uma taxa de câmbio ainda mais apreciada, maiores importações de bens de consumo e uma situação consideravelmente mais negativa para a indústria.

A discussão da doença holandesa se encontra na segunda parte do livro, que reúne os trabalhos apresentados no 4º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, realizado em São Paulo, em agosto de 2007, com o apoio da Escola de Economia de São Paulo da FGV. Realizado em um momento em que a economia brasileira dava sinais de retomar o desenvolvimento econômico, seus participantes poderiam ter se deixado atrair pela ideia de que, afinal, o país retomava o crescimento. Não foi esse, porém, o sentimento dominante no fórum. Ainda que se reconhecesse o melhor

desempenho da economia brasileira nos últimos anos, ficou clara a preocupação dos participantes com os problemas não resolvidos, especialmente a apreciação da taxa de câmbio.

Os trabalhos distribuíram-se por três grandes temas: uma avaliação geral da economia brasileira e latino-americana no momento, o problema da doença holandesa e as estratégias de desenvolvimento econômico. Cada um desses temas corresponde a uma parte do livro.

Na primeira, temos análises gerais do Brasil e da América Latina. O livro abre com um trabalho de Antonio Delfim Netto e Akihiro Ikeda sobre o clássico problema da restrição externa e da Lei de Thirlwall. Os autores definem esses pontos ao mostrar, através de uma simples equação, o quanto as exportações devem aumentar para que haja uma determinada taxa de crescimento econômico, dada a elasticidade-renda das importações existentes na economia estudada. Conforme assinalam os autores, para Thirlwall a expansão das exportações é a única fonte segura de recursos externos que sustenta o crescimento econômico e o equilíbrio do balanço de pagamentos no longo prazo, porque as exportações atuam do lado da demanda e possibilitam a plena utilização dos fatores disponíveis. Não se enfrenta a restrição externa, portanto, com endividamento externo, como sugere a ortodoxia convencional, mas com aumento das exportações, o que (havendo capacidade produtiva no país) só é possível se a taxa de câmbio for competitiva. Por outro lado, Delfim e Ikeda criticam a teoria ortodoxa ou neoclássica – uma “teoria que dá ênfase apenas à oferta, pela incorporação da mão de obra, do capital físico e humano e do progresso tecnológico na função de produção e limita, assim, o crescimento ao produto ‘potencial’ duvidosamente calculado”. O papel decisivo das exportações salientado pelos autores indica que o que limita o crescimento da economia brasileira não é o produto potencial do lado da oferta, mas o crescimento das exportações atuando pelo lado da demanda. Nas palavras dos autores, “não há na história econômica mundial nenhum registro de caso de desenvolvimento intenso e sustentável em regime de mercado sem uma expansão concomitante e importante das exportações”. Em seguida, eles mostram como o extraordinário crescimento que o país teve entre 1967 e 1975 foi comandado pelas exportações, que, por sua vez, contaram

com uma taxa de câmbio competitiva. E assinalam que as taxas insatisfatórias de crescimento dos últimos 20 anos se devem a diversos fatores, entre os quais o abandono de uma estratégia de exportação de bens manufaturados, supervalorizações e volatilidade do câmbio.

O capítulo seguinte, de autoria de Fernando J. Cardim de Carvalho, abre com uma nota otimista: “Depois de várias ‘falsas partidas’, vive-se novamente um período de certa excitação a respeito de uma eventual retomada do crescimento econômico em bases mais amplas e duradouras. Há evidências de que a disposição dos empresários em ampliar investimentos cresceu significativamente”. Pode-se esperar que essa disposição se concretize no médio prazo? Para responder a essa questão, Cardim recorre a Keynes, Kalecki e Minsky para afirmar que é preciso, primeiro, que existam oportunidades de investimento lucrativo; segundo, que o empresário investidor tenha acesso a recursos na escala e nos termos necessários à realização desse investimento, sem que tenha de se expor a riscos excessivos; e, terceiro, que as fontes de financiamento sejam, principalmente, internas. Examinando as contas nacionais, o autor verifica que o “excedente operacional bruto” (que corresponde aproximadamente ao lucro bruto das empresas) cresceu um pouco nos últimos anos e que a taxa de lucro claramente se recuperou desde 2003. Por outro lado, observou que “muitos analistas têm se referido a uma revolução que se estaria desenvolvendo no mercado de capitais nos últimos anos” baseada não na expansão do crédito bancário, mas nos mercados de títulos. E, de fato, Cardim verifica que as emissões de novas ações têm crescido aceleradamente na esteira da alta persistente dos preços, alimentada, pelo menos parcialmente, pela entrada de investidores estrangeiros na Bolsa de Valores de São Paulo. Entretanto, assinala Cardim, “o desmantelamento prematuro de controles de capitais nos anos 1990 tornou a economia mais vulnerável a movimentos de entrada e saída de capitais, tornando ainda mais instável e incerta a trajetória futura dos preços de ativos e das taxas de juros, apesar de a adoção do câmbio flutuante ter absorvido em parte os impactos dessa volatilidade”.

O trabalho de José Antonio Ocampo amplia a discussão para o conjunto da América Latina, de cuja economia ele faz uma análise global ao mesmo tempo otimista e preocupada. Nos últimos anos, a economia da

América Latina “caracterizou-se pela conjunção de crescimento rápido e forte superávit em conta corrente (um fato excepcional na história econômica da região), bem como por uma melhora dos indicadores de mercado de trabalho, pobreza e distribuição de renda”. Esse resultado deve-se basicamente às condições excepcionais da economia internacional nos últimos anos, não podendo ser atribuído às políticas macroeconômicas anticíclicas que sacrificaram a expansão da demanda, nem às reformas econômicas, “cujos efeitos sobre a estrutura produtiva e o crescimento econômico foram mais negativos do que positivos”. Além dos bons preços das matérias-primas, Ocampo afirma que o resultado favorável é também explicado pelas “excepcionais condições de financiamento externo e pelas volumosas remessas de imigrantes”. Não explica, entretanto, por que estas teriam sido uma causa das taxas maiores de crescimento se os superávits em conta corrente indicam que a região não cresceu com poupança externa, mas interna. Em seguida, Ocampo pergunta se o crescimento recente significa que estamos prestes a uma transição rumo a uma situação de longo prazo de crescimento econômico com superávit em conta corrente, similar à de muitas das economias mais bem-sucedidas do Leste asiático. Sua resposta é negativa por diversas razões, entre as quais saliento “a abertura da conta de capitais, que reduziu as margens de manejo da política monetária e cambial de modo autônomo; tenta-se evitar a valorização durante os períodos de auge, perde-se autonomia para adotar políticas monetárias anticíclicas, enquanto, não havendo intervenção no mercado cambial, se pode experimentar uma forte volatilidade da taxa de câmbio”.

José de Souza Martins foi, nesse ano de 2007, o não economista convidado. Martins é um notável sociólogo e aproveitou a oportunidade para fazer uma análise geral do Brasil, que concluiu com a seguinte frase: “Estamos hoje anomicamente polarizados entre a busca do futuro no passado e a busca do futuro na mera taxa de lucro de um presente sem futuro”. Por que essa visão negativa? Só lendo o belo ensaio para se ter uma resposta. Entretanto, arrisco-me a um resumo. As elites brasileiras têm sistematicamente deixado de lado os setores mais pobres. “São grupos que ficaram à margem dos processos dominantes, abandonados e descartados pela falta de um projeto político de Estado abrangente, integrador e participativo. As

elites e o Estado têm atuado de maneira historicamente irresponsável em relação às populações que foram ficando abandonadas no curso do processo histórico, descartadas sobretudo em função de mudanças econômicas.” Esses grupos têm origem na escravidão e na recusa das elites, ainda no século XIX, de fazerem uma reforma agrária. Em vez disso, a Lei de Terras limitou artificialmente a disponibilidade de terras no país e criou condições para que o trabalho escravo fosse substituído por um trabalho assalariado imigrante mal remunerado. A incapacidade das elites de atender às demandas desses grupos já se verificou no momento de grande transformação econômica que ocorreu no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas e se repete agora com o Partido dos Trabalhadores no poder, embora, nesse caso, haja preocupação com a massa dos excluídos. Para Martins:

é nesse âmbito que surge o primeiro e único partido político brasileiro a se propor como expressão partidária da nossa desconhecida diversidade social, que é o Partido dos Trabalhadores. Mas o partido, ao chegar ao poder, não se revelou capaz de traduzir as necessidades e reivindicações dos diferentes grupos que o constituem em ações de governo que fossem parte de um projeto de nação, e nação da diversidade social. Sucumbiu ao hegemonismo do grupo sindical e ao homogenismo que descarta o heterogêneo e a diferença. Remendou o fracasso com a ampla extensão da política assistencialista compensatória, mas não transformadora, que é, concretamente, o desconhecimento da legitimidade dessa diversidade e dos grupos que, em nome dela, falam e atuam.

Na segunda parte do livro, cinco trabalhos tratam diretamente da doença holandesa. O escrito exclusivamente por mim é um trabalho teórico, mas que tem a realidade da economia brasileira como base, o que não será difícil para o leitor perceber. Pareceu-me importante escrever um *paper* teórico porque existe ainda muita confusão na literatura econômica sobre a doença holandesa – principalmente porque aqueles que a examinaram não mostraram a extensão da falha de mercado, ou do obstáculo ao desenvolvimento econômico que ela representa. A neutralização da doença

holandesa pressupõe superávits em conta corrente para todos os países em desenvolvimento, já que implica uma taxa de câmbio mais depreciada do que aquela que equilibra a conta corrente. Ora, uma teoria que justifica um fato dessa dimensão é algo que o pensamento econômico dos países ricos em relação aos países em desenvolvimento – a ortodoxia convencional – não tem qualquer interesse em admitir. Por outro lado, fica claro no trabalho que a desindustrialização causada por bens agrícolas, como a brasileira, é menos grave do que aquelas baseadas em petróleo. Dessa forma, a desindustrialização que ocorre quando o país deixa de neutralizá-la, como foi o caso do Brasil, é menos violenta do que quando o país exporta, principalmente, petróleo. É, porém, suficientemente grave para que o déficit comercial da indústria manufatureira cresça continuamente, para que a indústria brasileira vá aumentando o componente importado se transformando em indústria maquiladora, e para que sua participação no PIB diminua gradualmente.

Três outros trabalhos – escritos por Edgard Antonio Pereira, André Rebelo e por mim mesmo com Nelson Marconi – estão diretamente apoiados nos dados da economia brasileira e mostram como a doença holandesa vem causando a desindustrialização do Brasil. O primeiro faz uma crítica aos economistas que estudam o fenômeno da doença holandesa ou da maldição dos recursos e explicam suas consequências negativas em termos de instituições, em vez de compreender que se trata de um grave problema de mercado. Critica-os também por não verem problema na especialização em *commodities* agrícolas e minerais – um antigo vezo neoclássico e neoliberal. Para o autor, “a miragem de uma economia – que hoje tem população estimada em 190 milhões de pessoas e projeta-se que seja de 260 milhões em 2050 – que gera emprego e bem-estar para seus cidadãos apoiada no setor exportador de *commodities* e na expansão concomitante do setor de serviços é efêmera: uma miragem, uma construção virtual saída da imaginação fértil de livre-pensantes”. André Rebelo, por sua vez, soma-se ao debate e apresenta um grande número de dados que mostram os efeitos negativos que já se fazem sentir na indústria brasileira – efeitos que caracterizam um processo de desindustrialização significativo. O fato de a indústria brasileira ter podido, em 2007, se desenvolver graças ao mercado interno e de as

importações de bens de consumo não terem aumentado tanto quanto os preços relativos permitem que o câmbio apreciado não cause grave prejuízo à indústria. No texto empírico que escrevi com Nelson Marconi, mostramos que está havendo desindustrialização, embora, em 2007, com o aquecimento da economia causado pelo crescimento da China e o aumento dos preços das *commodities* exportadas pelo Brasil, a produção industrial voltada para o mercado interno tenha aumentado. Essa desindustrialização se manifesta no aumento da participação das *commodities* no valor adicionado total e na redução da participação do valor adicionado do setor de manufaturados no valor adicionado da produção de bens comercializáveis.

Outro trabalho sobre a doença holandesa, de Airton Gustavo dos Santos, representante dos trabalhadores no fórum, completa a discussão da taxa de câmbio. Seu objetivo é investigar a relação entre a apreciação cambial e o comportamento do emprego no Brasil. Para o autor, a valorização cambial ocorrida depois do Plano Real, somada à redução das alíquotas de importação e às altas taxas de juros, constitui uma mistura desestimulante do crescimento econômico e do emprego. Analisando os números, o autor verifica que:

boa parte do setor industrial, principalmente a indústria de transformação, tem sentido os reflexos da valorização. A despeito de o saldo da balança comercial ser positivo, as taxas de crescimento têm sido decrescentes. Isso denota a perda da competitividade da economia e da indústria em particular. Os saldos comerciais cada vez mais decorrem das exportações de *commodities*, que encontram demanda e preços crescentes no mercado mundial.

No entanto, preocupado com a redução de salários que a depreciação do real pode causar, Airton Gustavo dos Santos assevera que “uma possível conclusão é que, para a aceleração do ritmo de crescimento da economia e consequente aumento do emprego, a redução dos juros seja mais importante que a desvalorização cambial”.

A terceira parte do livro é dedicada a duas estratégias de desenvolvimento em curso – a chinesa e a argentina. Integra também essa parte, e encerra o livro, um novo trabalho importante de Antonio Barros de Cas-

tro, no qual ele discute a estratégia brasileira depois do furacão econômico representado pela China.

A análise da experiência argentina recente é importante porque esse país vem alcançando elevadas taxas de crescimento através de uma política macroeconômica muito semelhante à dos países asiáticos dinâmicos: ajuste fiscal duro, taxa de juros baixa e taxa de câmbio competitiva. Em diversas ocasiões, tenho assinalado que a Argentina aprendeu com a crise de 2001 e, desde então, passou a adotar uma política macroeconômica baseada em ajuste fiscal duro, em taxa de juros baixa e em taxa de câmbio competitiva, decorrente da política de crescimento com poupança interna (ou de superávit em conta corrente) e da neutralização da doença holandesa através de impostos sobre as exportações. Trata-se, portanto, de uma política macroeconômica muito diferente daquela proposta pela ortodoxia convencional ou pelo Consenso de Washington, dado que recomenda juros elevados para atrair capitais externos e que não faz objeções à taxa de câmbio apreciada como decorrência da política de crescimento com poupança externa, que ela recomenda, e da doença holandesa, que ela não reconhece. Conforme Damill e Frenkel assinalam no primeiro parágrafo de seu trabalho, “depois de um período de turbulência econômica, política e social, e de forte incerteza (...), um novo arranjo macroeconômico emergiu, articulado em torno de uma taxa de câmbio flutuante administrada, voltada para a preservação da competitividade real da taxa de câmbio”. Essa política foi introduzida no final da crise, depois de uma “grande desvalorização do peso”. Em uma referência clara à ortodoxia convencional, os autores afirmam ainda que seu “trabalho concentra também a atenção no antagonismo quase sistemático do FMI aos principais aspectos das políticas econômicas que vêm sendo seguidas pelo governo argentino no período pós-crise”. Não poderia deixar de ser de outra forma: a Argentina vem seguindo os princípios do novo-desenvolvimentismo – a estratégia nacional de desenvolvimento que tem assegurado elevado crescimento aos países asiáticos dinâmicos –, enquanto o Fundo Monetário Internacional é o bastião da ortodoxia convencional.

No *paper* seguinte, Marcelo José Braga Nonnenberg analisa o espantoso desenvolvimento econômico chinês das últimas décadas: entre 1978 e

2006, segundo o autor, o PIB chinês cresceu aproximadamente 13 vezes, em termos reais, enquanto o dos Estados Unidos aumentou “apenas” aproximadamente 2,3 vezes; ao mesmo tempo, sua participação no comércio mundial saltou de meros 0,7% para 8%. Esse resultado decorreu da formulação de uma estratégia nacional de desenvolvimento que não deve ser confundida com um plano articulado, já que foi consequência do embate entre diversas forças dentro do Partido Comunista Chinês ao longo dos anos. Quais foram as principais características dessa estratégia? Nonnenberg cita sete:

primeiro, a constituição das zonas econômicas especiais, criando forte atração para o investimento direto externo e a inovação tecnológica; segundo, a adoção de políticas macroeconômicas estáveis, que deram segurança ao investidor externo de que o risco de sobressaltos econômicos era extremamente baixo; terceiro, a adoção – viabilizada pelo ponto anterior – de uma taxa de câmbio fortemente favorável ao setor exportador; quarto, a ampliação dos financiamentos com taxas de juros relativamente baixas; quinto, a abertura comercial iniciada nos anos 1980; sexto, a liberalização do sistema de formação de preços; sétimo, o desrespeito à propriedade intelectual.

Essas características definem a forma que assumiu o novo-desenvolvimentismo na China. Cada país em desenvolvimento bem-sucedido tem sua própria versão do novo-desenvolvimentismo – de sua estratégia nacional de desenvolvimento –, uma estratégia que há muito deixou de existir no Brasil.

Finalmente, encerrando o livro de maneira estimulante ao raciocínio e à ação, Antonio Barros de Castro comparece com seu “No espelho da China”. Inicialmente, o autor mostra como o extraordinário crescimento desse país está mudando o centro de gravidade econômica do mundo. E como esse fato tem consequências para os demais países: “Entre as economias mais claramente alavancadas, encontram-se algumas integrantes do continente africano. Em outros casos, contudo, a China pode ter trazido

mais problemas que oportunidades, sendo de se destacar, a esse respeito, o ocorrido com algumas economias da América Central e, possivelmente, com o México.” Em relação ao Brasil, entretanto, Castro é otimista. O que importa é como reagirá o Brasil diante do desafio chinês. Adotará uma estratégia defensiva ou adaptativa, ou, melhor ainda, uma estratégia transformadora? Dada essa tipologia, o autor rejeita a primeira alternativa, vê a necessidade de adaptações constantes, mas naturalmente opta pela terceira. Apesar de ativamente apoiar a evolução dos negócios, a estratégia adaptativa só residualmente leva em conta transformações na economia. A mudança que “busca o futuro” é a transformadora. Qual será ela? A essencialmente ligada aos recursos naturais abundantes do Brasil. “O planeta Terra tornou-se pequeno para as necessidades dos consumidores modernos... E é aqui que entra o Brasil, com uma posição verdadeiramente vantajada.” Entretanto, isso não significa que, enquanto a China se transforma na “fábrica do mundo”, o Brasil deva se transformar na “fazenda do mundo”. Isso não faz sentido, pois as atividades industriais ligadas ao setor agrícola também serão fundamentais. “O Brasil, na medida em que venha a acentuar a sua condição de potência agrícola, deve também ser considerado candidato a uma posição de peso no conjunto de atividades industriais (e de serviços) que, no nível de sofisticação em que a agricultura vem sendo praticada no país, acompanha a produção agrícola... A economia brasileira não se encontra fora do jogo industrial no novo contexto.”

Essa conclusão de Antonio Barros de Castro é semelhante à análise verbal que José Roberto Mendonça de Barros fez no fórum, na qualidade de comentarista dos trabalhos sobre a doença holandesa. Para ele, não existe doença holandesa no Brasil porque o agronegócio é, ele próprio, cada vez mais sofisticado, além de seus encadeamentos implicarem uma indústria sofisticada. Castro não fez essa afirmação, mas apoiou uma estratégia de especialização em indústrias ligadas aos setores exportadores de bens agrícolas e matérias-primas. Talvez os dois economistas tenham razão – e o Brasil possa se desenvolver por esse caminho –, mas é preciso considerar que, existindo um problema de câmbio cronicamente sobreavaliado, só compatível com a produção de bens comercializáveis que se apoiam nos recursos baratos do país, isso significa que os próprios setores industriais

associados às atividades exportadoras de *commodities* ficam prejudicados, e a probabilidade de que passem também a ser importadores é grande. A globalização comercial implica especialização, mas países grandes como o Brasil não podem pensar em se especializar apenas em agricultura e mineração – sobre isso houve pleno acordo no fórum.

Luiz Carlos Bresser-Pereira